

CMC - Comissão do Mercado de Capitais

Demonstrações Financeiras

31 Dezembro de 2011

Demonstrações Financeiras

CMC - Comissão do Mercado de Capitais

31 de Dezembro de 2011

Índice

Relatório do Auditor Independente

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

Relatório do Auditor Independente

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Comissão do Mercado de Capitais, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 115.085.490 Kwanzas e um total de capital próprio de 11.936.181 Kwanzas, incluindo um resultado líquido negativo de 6.488.305 Kwanzas), a Demonstração dos Resultados por Naturezas relativa ao exercício findo naquela data, bem como as Notas às Contas.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material, devidas a fraude ou a erro.

Responsabilidade do auditor

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

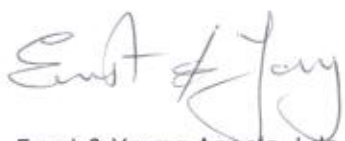
Bases para a Opinião com Reservas

Foram identificados determinados factos relacionados com a tributação de remunerações no exercício de 2010, os quais necessitam de clarificação e orientações da tutela (Ministério das Finanças), não sendo assim possível determinar em que medida poderão afectar, ou não, os capitais próprios e os resultados apresentados nas demonstrações financeiras anexas.

Opinião

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita no parágrafo das Bases para a Opinião com Reservas, as demonstrações financeiras referidas dão uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira da Comissão do Mercado de Capitais, em 31 de Dezembro de 2011, e o seu desempenho financeiro relativo ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola.

Luanda, 15 de Março de 2012

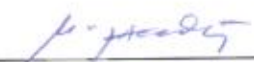

Ernst & Young Angola, Lda.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores Expressos em Kwanzas)

DESIGNAÇÃO	NOTAS	EXERCÍCIO	
		2011	2010
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Imobilizações Corpóreas	4	45.172.006	45.578.113
Imobilizações Incorpóreas		-	-
Investimentos em Subsidiárias e Associadas		-	-
Outros Activos Financeiros		-	-
Outros Activos não Correntes		-	-
TOTAL DO ACTIVO NÃO CORRENTE		45.172.006	45.578.113
ACTIVO CORRENTE			
Existências		-	-
Contas a Receber	9	-	94.127.392
Disponibilidades		-	-
Outros Activos Correntes	11	69.913.484	7.937.884
TOTAL DO ACTIVO CORRENTE		69.913.484	102.065.275
TOTAL DO ACTIVO		115.085.490	147.643.388
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Fundo Patrimonial	12	48.818.623	48.818.623
Reservas		-	-
Resultados Transitados	14	(30.394.137)	(22.222.346)
Resultados do Exercício		(6.488.305)	(8.171.791)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		11.936.181	18.424.486
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Empréstimos de Médio e Longo Prazos		-	-
Impostos Diferidos		-	-
Provisões para Pensões		-	-
Provisões para Outros Riscos e Encargos	18	874.501	874.501
Outros Passivos não Correntes		-	-
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE		874.501	874.501
PASSIVO CORRENTE			
Contas a Pagar	19	-	94.127.392
Empréstimos de Curto Prazo		-	-
Outros Passivos Correntes	21	102.274.808	34.217.009
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE		102.274.808	128.344.401
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		115.085.490	147.643.388

O Director Administrativo e Financeiro


 (Hélder Cristelo)
Comissão de Reestruturação e Gestão
da Comissão do Mercado de Capitais

 (Mário Gavião – Coordenador Adjunto)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores Expressos em Kwanzas)

DESIGNAÇÃO	NOTAS	EXERCÍCIO	
		2011	2010
Vendas			
Prestação de Serviços			
Outros Projeitos Operacionais	24	630.816.682	629.205.608
SUBTOTAL		630.816.682	629.205.608
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias-Primas e Subs. Consumidas			
Custos com o Pessoal	28	360.447.343	294.497.381
Amortizações	29	12.555.942	11.521.017
Outros Custos e Perdas Operacionais	30	264.220.896	329.109.736
SUBTOTAL		637.224.181	635.128.133
Resultados Operacionais		(6.407.499)	(5.922.525)
Resultados Financeiros	31	(80.806)	-
Resultados não Operacionais	33	-	(2.249.266)
Resultados Extraordinários		-	-
Resultados Antes de Impostos		(6.488.305)	(8.171.791)
Imposto sobre o rendimento		-	-
Resultados Líquidos do Exercício		(6.488.305)	(8.171.791)

O Director Administrativo e Financeiro


 (Hélder Cristelo)

Comissão de Reestruturação e Gestão
 da Comissão do Mercado de Capitais


 (Mário Gavião – Coordenador Adjunto)

1 ACTIVIDADE

A Comissão do Mercado de Capitais, designada abreviadamente por CMC, é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e de património próprio, sujeita à tutela do Ministério das Finanças.

A CMC tem a sua sede na Rua Alfredo Trony, n.º 2 - 10, 11.º Andar, em Luanda, com o número de identificação de Outras Pessoas Colectivas de Direito Público 7403008227.

A CMC foi criada pelo Decreto n.º 9/05, do Conselho de Ministros, publicado a 18 de Março, regendo-se pela Lei dos Valores dos Valores Mobiliários, Estatuto Orgânico, bem como pelo seu Regulamento Interno.

No que respeita ao seu regime financeiro o artigo 31º estabelece que:

"1 - Com excepção do disposto no número seguinte a gestão financeira da CMC rege-se exclusivamente pelo regime jurídico das entidades que revistam natureza e forma jurídica de Sociedade Anónima de Capitais Públicos, em tudo o que não for especialmente regulado pelo presente diploma e no regulamento interno da CMC;

2 - O orçamento da CMC é elaborado de acordo com o Plano Geral de Contabilidade e constará do Orçamento Geral do Estado;

3 - A gestão patrimonial e financeira da CMC rege-se segundo princípios de direito privado não lhe sendo aplicável o regime geral dos fundos e serviços autónomos;

4 - O património inicial da CMC é constituído pelos bens afectos aos seus serviços por despacho do Ministério das Finanças.

5 - Integram o património da CMC todos os demais valores que tenha direito ou venha a adquirir nos termos do presente diploma;

6 - A contabilidade da CMC é elaborada de acordo com o Plano Geral de Contabilidade Empresarial, não lhe sendo aplicável o regime de contabilidade pública."

Dada a inclusão do orçamento da CMC no Orçamento Geral do Estado, no âmbito da Lei n.º 9/97, de 17 de Outubro (Lei Quadro do Orçamento Geral do Estado), a prestação de contas leva em consideração as obrigações relativas ao controlo do orçamento de acordo com a Lei-quadro do OGE.

A actividade da CMC consiste, nos termos e dentro dos limites estabelecidos no Decreto n.º 9/05, de 18 de Março, na regulação, supervisão, fiscalização e promoção do mercado de capitais e das actividades que envolvam todos os agentes que nele intervenham, directa ou indirectamente, tendo em vista a realização dos seguintes objectivos:

- a) Estimular a formação da poupança e a sua aplicação em valores mobiliários;
- b) Promover a organização e funcionamento regular e eficiente do mercado de capitais;
- c) Assegurar a transparência do mercado de capitais e das transacções que nele se efectuam;

- d) Assegurar aos investidores e intermediários financeiros em geral uma informação suficiente, verídica, objectiva, clara, acessível e atempada sobre os valores mobiliários, as entidades que os emitem e as transacções que são efectuadas.

Estando em curso a organização do mercado de capitais em Angola, a CMC ainda não dispõe de receitas próprias sendo a totalidade das suas receitas provenientes do OGE.

2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

2.1 Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras, anexas, foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade (PGC) em vigor no País, respeitando as características da relevância e fiabilidade, na base da continuidade e do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição e em obediência aos princípios

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 são, em tudo, comparáveis com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

As Demonstrações Financeiras foram apresentadas em moeda Nacional - o KWANZA (AKZ). As Notas constantes nas Demonstrações Financeiras foram numeradas de acordo com o PGC e no caso da sua não aplicabilidade as mesmas foram omitidas.

2.2 Bases de Valorimetria Adoptadas na Preparação das Demonstrações Financeiras

A base de valorimetria global adoptada foi a do custo histórico, excepto no que respeita ao imobilizado (ver nota 2.2.1 alínea a)).

Todos os activos e passivos monetários registados em moeda externa, cujo câmbio não esteja previamente fixado, foram actualizados à taxa de câmbio de fecho. Não existem saldos indexados a moeda externa, sendo portanto todos os saldos denominados em Kwanzas.

No momento de reconhecimento inicial, as transacções em moeda estrangeira são valorizadas na moeda de relato determinada pela aplicação, à quantia de moeda estrangeira, da taxa de câmbio entre moeda estrangeira e a moeda de relato à data da transacção.

2.2.1 Critérios de Reconhecimento e Bases de Valorimetria Específicas

Os critérios de reconhecimento e as bases de valorimetrias específicas utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As Imobilizações Corpóreas compreendem as rubricas de Equipamento Administrativo, Equipamento Informático, Mobiliário Social, Mobiliário Diverso e Outras Imobilizações Corpóreas.

Excepto quanto ao referido no parágrafo seguinte, as imobilizações corpóreas encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição, adicionado das respectivas despesas de transporte e das despesas alfandegárias, quando aplicável.

Na sequência da adopção da contabilidade patrimonial a CMC promoveu a realização de uma inventariação geral do imobilizado, tendo contratado uma entidade independente para o efeito. Para aqueles activos relativamente aos quais não estava disponível informação sobre o custo de aquisição os valores considerados consistiram numa avaliação efectuada pela referida entidade independente.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

- Equipamento administrativo: 6 a 10 Anos;
- Equipamento Informático: 6 Anos;
- Mobiliário Social: 10 Anos;
- Mobiliário diverso: 10 Anos;
- Outras imobilizações corpóreas: 6 Anos.

b) Contas a receber

Sendo a totalidade da receita proveniente do OGE, os valores a receber relativos a despesas cabimentadas e liquidadas mas não pagas até ao encerramento do exercício, são reconhecidas com outros valores a receber.

As contas a receber encontram-se valorizadas ao valor de realização.

c) Contas a pagar

O valor desta rubrica está relacionado com operações normais decorrentes da actividade da Instituição, nomeadamente fornecedores, Estado e outros credores.

d) Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os mesmos são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos são registados nas rubricas de outros activos ou passivos correntes, consoante aplicável.

e) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos à Instituição, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas (dotações orçamentais referentes a despesas de capital), são registados como proveitos a repartir por

periodos futuros, na rubrica de outros passivos correntes e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

f) Provisões para outros riscos e encargos

São constituídas provisões sempre que a Instituição tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de acontecimentos passados referente a perdas previsíveis associadas a riscos de natureza específica e provável (contingências). A valorização é efectuada pela melhor estimativa da quantia que será necessária para liquidar a obrigação.

g) Erros fundamentais

Os efeitos em capitais próprios decorrentes de erros relativos a exercícios anteriores, considerados fundamentais, são registados por contrapartida de resultados transitados.

h) Impostos sobre os lucros

A Instituição não está sujeita a imposto industrial, sendo que a totalidade da sua receita provém do OGE.

NOTAS AO BALANÇO

4. IMOBILIZADO CORPÓREO

4.1. Composição

O Imobilizado Corpóreo, à data de 31 de Dezembro de 2011, encontrava-se distribuído da seguinte forma:

RUBRICAS	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LIQUIDO
Imobilizações Corpóreas:			
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-
Equipamento Administrativo	14.729.425	7.167.699	7.561.726
Equipamento Informático	53.786.283	33.269.303	20.516.980
Mobiliário Diverso	16.945.219	7.190.959	9.754.260
Mobiliário Social	6.649.299	4.264.490	2.384.809
Outras Imobilizações	5.331.572	377.341	4.954.231
	97.441.798	52.269.792	45.172.006

4.3. Movimentos Ocorridos Durante o Exercício no Valor Bruto

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÕES	AUMENTOS	REGULARIZAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e Rec. Naturais	-	-	-	-	-	-
Equipamento Administrativo	14.729.425	-	-	-	-	14.729.425
Equipamento Informático	47.417.556	-	6.368.727	-	-	53.786.283
Mobiliário Diverso	15.993.503	-	951.716	-	-	16.945.219
Mobiliário Social	6.624.886	-	24.413	-	-	6.649.299
Outras Imobilizações	526.592	-	4.804.980	-	-	5.331.572
	85.291.962	-	12.149.836	-	-	97.441.798

4.4. Movimentos Ocorridos no Exercício nas Amortizações Acumuladas

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	ALIENAÇÕES	REGULARIZAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Equipamento Administrativo	5.403.302	1.764.397	-	-	-	7.167.699
Equipamento Informático	24.976.890	8.292.414	-	-	-	33.269.304
Mobiliário Diverso	6.514.528	676.431	-	-	-	7.190.959
Mobiliário Social	2.627.251	1.637.239	-	-	-	4.264.490
Outras Imobilizações	191.879	185.461	-	-	-	377.340
	39.713.850	12.555.942	-	-	-	52.269.792

9. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES E CONTAS A RECEBER

9.1. Composição

RUBRICAS	2011	2010
Valor Bruto		
Estado / Outros valores a receber (ver também nota 2.21 b.)	-	94.127.392
	-	94.127.392

11. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES E CONTAS A RECEBER

11.1 Composição

RUBRICAS	2011	2010
Proveitos a receber		
Referente a despesa corrente incorrida	34.916.569	7.937.884
Encargos a repartir por períodos futuros		
Rendas	15.141.130	-
Seguros	19.825.785	-
Outros encargos diversos	-	-
	69.913.484	7.937.884

12. CAPITAL

12.1. Composição e movimento no período

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Capitais decompõem-se da seguinte forma:

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REGULARIZAÇÕES	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Fundo Patrimonial	48.818.623	-	-	48.818.623
	48.818.623	-	-	48.818.623

O valor do património inicial da instituição foi apurado mediante inventariação e valorização com referência a 31 de Dezembro de 2006, sendo que uma parte relevante do valor desse património foi apurada mediante avaliações efectuadas por entidade independente, atendendo à indisponibilidade de dados sobre os respectivos custos históricos.

14. RESULTADOS TRANSITADOS

14.1. Composição

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Saldo Inicial:	(22.222.346)	-	-	(22.222.346)
	-	-	-	-
Movimentos no Período:				
Transferência dos Resultados do exercício Anterior	-	-	-	-
Aplicação de Resultados	-	-	-	-
Erros Fundamentais	-	-	-	-
Alterações de Políticas Contabilísticas	-	-	-	-
Outros Movimentos	-	-	(8.171.791)	(8.171.791)
	(22.222.346)		(8.171.791)	(30.394.137)

18. PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

18.1. Movimentos Ocorridos Durante o Exercício Nestas Provisões

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Provisões para outros riscos e encargos	874.501	-	-	874.501
	874.501	-	-	874.501

19. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES E CONTAS A PAGAR

19.1. Composição

RUBRICAS	2011	2010
Valor Bruto		
Fornecedores C/C	-	94.127.392
	-	94.127.392

21. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

21.1 Composição

RUBRICAS	2011	2010
Encargos a pagar	34.946.569	7.937.884
Proveitos a repartir por periodos futuros	34.966.915	-
Subsidios ao Investimento	32.361.324	26.279.125
	102.274.808	34.217.009

21.2 Subsidios ao Investimento

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSFERÊNCIA PARA RESULTADOS	SALDO FINAL
Subsídios ao Investimento	26.279.126	12.149.835	(6.067.637)	32.361.324
	26.279.125	12.149.835	(6.067.637)	32.361.323

NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

24. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

24.1. Composição

RUBRICAS	2011	2010
Serviços Suplementares	-	-
Royalties	-	-
Subsídios à Exploração (a)	624.749.045	623.607.116
Subsídios a Investimentos (b)	6.067.637	5.598.492
Out. Prov. e Ganhos Operacionais	-	-
	630.816.682	629.205.608

(a) Corresponde às receitas correntes recebidas ou a receber do OGE. As receitas apresentadas foram devidamente especializadas de acordo com o princípio contábilístico do acréscimo, pelo que diferem da receita apresentada em termos de execução orçamental;

(b) Corresponde à especialização contábilística das receitas de capital provenientes do OGE, cujo proveito é reconhecido de acordo com a política descrita no ponto 2.2.1 e).

28. CUSTOS COM O PESSOAL

RUBRICAS	2011	2010
Custos com Pessoal		
Remunerações	330.915.955	280.424.042
Encargos s/ Remunerações	17.574.265	13.670.139
Outras Despesas com Pessoal (A)	11.957.123	403.200
	360.447.343	294.497.381

(A) Em 2011 procedeu-se ao registo na rubrica de outras despesas com pessoal de 3.966.274 AKZ de despesas de representação e 6.952.560 AKZ de custos suportados da CMC referente à regularização do Subsídio de produtividade

29. AMORTIZAÇÕES

RUBRICAS	2011	2010
Imobilizações Corpóreas (nota 4)	12.555.942	11.521.017
	12.555.942	11.521.017

30. OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

RUBRICAS	2011	2010
Fornecimentos e Serviços de Terceiros:		
Combustíveis	250.000	254.800
Água	53.386	-
Mater de Consumo Corrente Especializado	2.493.381	2.233.104
Outros fornecimentos	45.049.500	64.955.661
Comunicação	5.789.133	13.641.684
Seguros	1.119.100	742.143
Deslocações e estadas	66.808.373	13.974.976
Conservação e reparação	15.589.264	10.215.396
Limpeza, higiene e conforto	-	303.479
Assistência Técnica	2.136.132	4.609.600
Trabalhos executados no exterior	-	2.970.000
Vigilância e Segurança	3.000.300	-
Outros serviços	121.932.327	215.208.893
Impostos	-	-
Outros custos e perdas operacionais	-	-
	264.220.896	329.109.736

31. RESULTADOS FINANCEIROS

RUBRICAS	2011
Serviços Bancários	80.806
	80.806

33. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS

RUBRICAS	2011	2010
Proveitos e Ganhos Não Operacionais	-	-
Custos e Perdas Não Operacionais	-	2.249.266
Provisões	-	-
Existências	-	-
Cobranças Duvidosas	-	-
Outros Riscos e Encargos	-	874.501
Amortizações Extraordinárias	-	-
Perdas em Imobilizações	-	1.374.765
Perdas em Existências	-	-
Dívidas Incobráveis	-	-
Multas e Penalidades Contratuais	-	-
Descontinuidade de Operações	-	-
Alterações de Política Contabilísticas	-	-
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	-	-
Outros Custos e Perdas Não Operacionais	-	-
		(2.249.266)

OUTRAS NOTAS RELACIONADAS COM A POSIÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES

37. CONTINGÊNCIAS

A 31 de Dezembro de 2011, são identificadas algumas contingências conforme seguidamente se descreve:

- (a) Em exercícios anteriores a CMC solicitou e/ou contratou determinados serviços, não relacionados com as atribuições da Instituição e que, em respeito pelas regras de enquadramento orçamental vigentes, não podem agora ser liquidados com o orçamento corrente da Instituição tendo sido encaminhados para os Serviços de Gestão da Dívida do Ministério das Finanças (43.253.083 AKZ).
- (b) Em exercícios anteriores a CMC solicitou e/ou contratou determinados serviços, cujo valor global ascenderia a cerca de 1 milhão de euros. Esses serviços nunca terão sido prestados subsistindo dúvidas quanto à efectiva responsabilidade da CMC para com o referido fornecedor.

40. TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 a CMC suportou determinadas despesas relacionadas com a Bolsa de Valores e Derivados de Angola, conforme resumido no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	2011	2010
Custos com Pessoal	3.254.803	28.591.933
Custos com Fornecimentos e Serviços	4.506.600	136.022.278
	7.761.403	164.614.211

42. OUTRAS INFORMAÇÕES – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

	ORÇAMENTO	EXECUTADO	TAXA DE EXECUÇÃO	DESVIO	
				VALOR	%
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal					
Vencimentos do Pessoal	266.524.664	255.234.936	95,76%	11.289.728	4,24%
Subsídios do Pessoal	38.803.157	36.918.943	95,14%	1.884.214	4,86%
Décimo Terceiro Mês	25.667.113	18.290.029	71,26%	7.337.084	28,74%
Contribuições para a S. Social	25.302.542	17.824.180	70,44%	7.478.362	19,56%
Abono de Família	446.800	446.800	100%	0	0,00%
Subtotal	356.744.276	328.714.887	92,14%	28.029.389	7,86%
Bens e serviços					
Combustíveis e Lubrificantes	396.250	250.000	63,09%	146.250	36,91%
Viveres Gêneros Alimentícios	15.231.085	15.225.339	99,96%	5.746	0,04%
Materiais Consumo Corrente Especializado	2.495.393	2.493.381	99,92%	2.012	0,08%
Outros Materiais de Consumo Corrente	249.539	248.706	99,67%	833	0,33%
Materiais e Utensílios Duradouros de Especialidade	0	0	-	0	0,00%
Outros Materiais e Utensílios Duradouros	0	0	-	0	0,00%
Serviços Comunicação	6.150.000	5.789.133	94,13%	360.867	5,87%
Serviços de Saúde	20.397.574	20.397.574	100%	0	0,00%
Serviços Ensino	28.200.000	28.043.373	99,44%	156.627	0,56%
Serviços de Energia Água	53.386	53.386	100%	0	0,00%
Serviços de Limpeza e Saneamento	0	0	-	0	0,00%
Serviços Manutenção e Conservação	16.262.952	15.589.264	95,86%	673.688	4,14%
Seguros	1.209.976	1.119.100	92,49%	90.876	7,51%
Bilhetes de Passagens	33.790.441	32.636.623	96,59%	1.153.818	3,41%
Subsídio de Deslocação	34.252.860	34.252.556	99,99%	304	0,01%
Serviços de Transportação de Pessoas e Bens	1.532.083	1.532.082	99,99%	1	0,01%
Outros Serviços	143.855.028	139.152.756	96,73%	4.702.272	3,27%
Subtotal	304.076.568	296.783.273	97,60%	7.293.295	2,40%
Total de Despesas Correntes	660.820.844	625.498.160	94,65%	35.322.684	5,35%
DESPESAS DE CAPITAL					
Equipamentos de Processamento de dados	7.165.477	6.368.727	80,68%	1.384.368	19,32%
Outros Bens de Capital Fixo	7.154.303	5.781.109	89,02%	785.576	10,98%
Total de Despesas de Capital	14.319.780	12.149.836	84,85%	2.169.944	15,15%

O Director Administrativo e Financeiro



(Hélder Cristelo)

Comissão de Reestruturação e Gestão
da Comissão do Mercado de Capitais



(Mário Gavião – Coordenador Adjunto)